MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO, REALIZADA EM VINTE E QUATRO DE JUNHO DE 2013. ----------

---------- **ATA NÚMERO QUATRO** ----------

Aos vinte e quatro dias de junho do ano de dois mil e treze, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, realizou-se na sua sede, sita Rua Almirante Cândido dos Reis, n.º 12, na Sala da Assembleia Municipal de Montijo, a terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montijo, sob a presidência do seu presidente efetivo, Excelentíssimo Senhor Amândio José Correia de Carvalho, coadjuvada pelos Excelentíssimos Senhores Sandra Isabel Candeias Lopes Anes e Pedro Rafael Pereira Reis Carromeu, respetivamente Primeiro e Segundo Secretários. ----------

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, cumprimentou a senhora Presidente da Câmara Municipal, a Vereação, os senhores Deputados Municipais, os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e o público presente.

Efetuada a chamada para a verificação das presenças, além dos mencionados, foram registados os seguintes **Deputados Municipais**: **PS** - Emanuel de Jesus Colaço Costa, Maria Fernanda Pereira Fernandes, José António Rocha Barbosa Caria, Isabel Maria de Almeida Travessa, Fernando Sequeira Coelho, Gonçalo Filipe da Silva Bastos e Nélia Jorge Simões. **PPD/PSD.CDS.PP** - José Manuel Mata Justo, Alfredo Luís Dias Rodrigues, Marília Gomes Berto Reimão e Carlos Guerreiro. **CDU** –Celina Marques Figueiredo, Avelino dos Santos Antunes, José Manuel Rosa Ferra. **BE** – Cipriano Pisco. ----------

Foram ainda registados os seguintes **Presidentes de Junta de Freguesia: Montijo** - José Francisco dos Santos (PS); **Afonsoeiro** – Luís Antas (PS); **Santo Isidro** - Florêncio Manuel Pinto (PS); **Alto Estanqueiro/Jardia** - Tolentino de Oliveira Gomes (PS); **Atalaia** - Luís Miguel da Silva Morais. ----------

Solicitou **substituição do mandato**, que foi apreciado e aceite pela Assembleia Municipal nos termos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro: ----------

Deputados Municipais

Pedro Carmo (PS), tendo sido substituído pela Deputada Municipal, Nélia Jorge Simões. ----------

Ricardo José Caçoila (BE), tendo sido substituído pelo Deputado Municipal, Cipriano Pisco. ----------

Paulo Jorge Ramos (PPD/PSD.CDS.PP). ----------

Presidentes de Junta de Freguesia

Afonsoeiro - Humberto Lopes (PS), tendo sido substituído pelo senhor Secretário Luís Antas. ----------

Sarilhos Grandes – Carla Braziel (CDU). ----------

Faltaram os seguintes membros da Assembleia Municipal: José Fernando Figueiredo (CDU), Isabel Camacho (PPD.PSD/CDS.PP), Ingeburga de Oliveira (PPD.PSD/CDS.PP), Presidente da Junta de Freguesia de Pegões - António Francisco Ferreira Miguéns (PS) e Secretária da Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes – Fernanda Filipe. ----------

A **Câmara esteve representada** pela senhora **Presidente da Câmara** – Maria Amélia Antunes e pelos senhores **Vereadores**: Nuno Ribeiro Canta (PS), Maria Clara Silva (PS), Renato Gonçalves (PS), José Pedro Dias Neto (PPD/PSD.CDS.PP) e Joaquim Batalha (CDU). ----------

Constatada a **existência de quórum**, o Senhor Presidente, abriu o período destinado à intervenção do público, de acordo com o artigo 32º do Regimento da Assembleia Municipal de Montijo. ----------

A senhora **Munícipe Gilda Paço**, no uso da palavra, disse: ----------
"O papel do estado no combate à pobreza e à exclusão social limita-se na minha opinião a uma mera visão assistencialista, em que o apoio aos mais necessitados é desinserido de qualquer reconhecimento de direitos. ----------
Em Portugal, o Estado Social e a Democracia nasceram juntos, o que tenho vindo a assistir são medidas reveladoras sobre a intenção quanto ao destino do Estado Social e da Democracia. ----------
Gostaria de saber a posição desta Assembleia sobre uma medida que o Governo quer tomar, ao ser publicado na página da internet da Inspeção Geral de Finanças, o nome dos beneficiários de vários apoios públicos, como as casas atribuídas, no âmbito de habitação social, tendo esta proposta de lei, já sido aprovada em Conselho de Ministros e entregue no Parlamento." ----------

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, disse: "A intervenção que a senhora Munícipe acabou de fazer, não é uma questão direcionada à Assembleia Municipal ou à Câmara Municipal. Essa questão diz respeito à

Assembleia da República, por essa razão, a Assembleia e a Câmara não se vão pronunciar." ----------

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes** (CDU), no uso da palavra, disse: "Nós não "comungamos" da opinião do senhor Presidente da Assembleia Municipal, nós entendemos que os munícipes têm e podem por direito questionar a Assembleia Municipal e a Assembleia Municipal tem o direito de dar a sua opinião. ----------
Lamentamos que uma interpretação errada, abusiva do Regimento, retire os direitos desta Assembleia Municipal e que a senhora tenha que aguardar pelo período antes da ordem do dia, para ter a resposta a que tem direito. ----------
A pergunta foi dirigida a esta Assembleia Municipal, é um problema que nós já tínhamos levantado há muito tempo nesta casa. ----------
Se não o podemos fazer no momento, por entendimento da mesa e pela maioria que suporta esta Assembleia Municipal, iremos fazer quando entrarmos no período antes da ordem do dia." ----------

O senhor **Munícipe António Ribeiro e Silva**, no uso da palavra, disse: ----------
"É a terceira vez que assisto a uma Assembleia Municipal, à muito tempo que já não vinha cá e quero manifestar a falta de qualidade de vida e segurança no Montijo, a terra perdeu identidade, existe desalento e tristeza nas pessoas. ------
Acho que a senhora Presidente da Câmara Municipal vai-se embora com um sentimento de frustração. Também acho que os Deputados deviam de elevar mais esta Assembleia Municipal." ----------

O senhor **Munícipe Mário Baliza**, no uso da palavra, disse: ----------

"Queria questionar a senhora Presidente da Câmara Municipal, se o Sector de Limpeza só tem quatro trabalhadores, isto porque fiz a pergunta diretamente a um funcionário da Autarquia e que me respondeu que são quatro funcionários para limpar o Montijo. ----------

Uma coisa é certa, a minha zona está suja, que é na Avenida Adriano Correia de Oliveira e só vai lá um trabalhador uma vez por semana, é para poupar dinheiro? O que se passa?" ----------

A senhora **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, em resposta às questões suscitadas pelos senhores munícipes, disse: ----------

"Relativamente à intervenção do senhor Munícipe Ribeiro e Silva e porque me interpelou diretamente dizendo que eu me ia embora com um sentimento de frustração, eu queria responder ao senhor Munícipe que me vou embora muito confortada com a minha consciência e com o trabalho que desenvolvemos ao longo destes anos, com empenho, com dedicação e com seriedade. Portanto, esse é o meu conforto e é com orgulho de ter tido a confiança dos montijenses, que durante quatro atos eleitorais consecutivos e com maioria absoluta. ----------

Quanto à questão colocada pelo senhor Munícipe Mário Baliza, é verdade que tivemos um período de dificuldade no tratamento do espaço público, mas estamos a tratar de resolver esse problema. O Montijo não está sujo, pode existir algumas áreas sujas e eu até admito que há um mês atrás tinha ervas, mas hoje os jardins estão minimamente tratados, esta é a minha perceção." -----

O senhor **Munícipe Fernando Pais**, no uso da palavra, disse: "Há quinze meses houve uma rutura de água, na minha rua, perto da minha casa, o alcatrão ruiu a Câmara Municipal tapou com areia e até hoje o buraco está igual. Já reclamei diversas vezes para a Câmara, mas passados estes meses o buraco continua igual. O que é preciso fazer para resolver esta situação." ----------

A senhora **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, em resposta à questão suscitada pelo senhor munícipe, disse: "A questão que coloca é pertinente e tem a ver com a gestão dos serviços, existe responsabilidade política e existe responsabilidade administrativa e funcional, são coisas completamente diferentes e é nesses patamares que nós temos que saber fazer a diferença e responsabilizar quem tem que ser responsabilizado. ----------
Eu enquanto Presidente da Câmara, sou responsável política, por tudo o que se passa na Câmara e assumo a responsabilidade de todas as decisões políticas, mas não posso ser responsabilizada, no plano substantivo, daquilo que cabe aos dirigentes e aos trabalhadores em geral. ----------
Os políticos têm que se empenhar em credibilizar a política e dignificar os trabalhadores, cada um assumindo o seu nível de responsabilidade." ----------

A senhora **Munícipe Anabela Antunes**, no uso da palavra, disse: "Questionou sobre o estado das obras da estação elevatória, no Bairro das Carvalhas, visto que há seis anos, está em péssimo estado. ----------

A senhora **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, em resposta à questão suscitada pela senhora munícipe, disse: "Relativamente à estação elevatória, estamos a desenvolver o procedimento concursal." ----------

A senhora **Munícipe Gilda Paço**, no uso da palavra, disse: "Gostaria de saber qual é a informação que é dada aos munícipes, sobre a extinção de algumas freguesias?" ----------

A senhora **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, em resposta disse: "Foi um amplo debate, que foi travado ao longo do último ano, sobre a extinção/agregação de freguesias. As próprias Assembleias de Freguesia discutiram o assunto com as respetivas populações. ----------
Eu acho, que não existe falta de conhecimento sobre a extinção/agregação, foram feitas manifestações, a comunicação social transmitiu, houve protestos na Assembleia da República, por isso julgo que os munícipes estão devidamente informados." ----------

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes** (CDU), no uso da palavra, disse: "Foram dirigidas questões à Assembleia Municipal e que por interpretação abusiva do regimento, não podemos responder, foram feitos um conjunto de considerações e agora vamos aprovar as atas e só depois a assembleia pode dar a sua opinião e entretanto alguns munícipes podem ir-se embora. Isto não é funcionamento de uma Assembleia Municipal." ----------

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou em **apreciação as atas** abaixo mencionadas, tendo sido previamente distribuídas por todos os membros. ----------

Seguidamente submeteu-se à aprovação, tendo as mesmas obtido as seguintes deliberações: ----------

Ata n.º 2 de 22 de abril de 2013

Aprovada por Maioria, com 20 votos a favor e 4 abstenções (Sandra Anes, Nélia Simões, Carlos Guerreiro e José Ferra). ----------

Ata n.º 3 de 23 de abril de 2013

Aprovada por Maioria, com 20 votos a favor e 4 abstenções (Sandra Anes, Nélia Simões, Carlos Guerreiro e José Ferra). ----------

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, declarou aberto o período

ANTES DA ORDEM DO DIA

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes** (CDU), no uso da palavra, deu a sua opinião, relativamente às questões colocadas pelos munícipes e leu duas Moções e uma Intervenção, cujos teores se transcrevem respetivamente: --------

"Respondendo à questão da senhora munícipe e uma vez que não demos a opinião na altura devida, quero dizer que de facto, a criação do chamado Estado de Direito e a Constituição da República, consagra os direitos e deveres dos cidadão e consagra também esta questão do estado social e da solidariedade, de facto as coisas estão interligadas. ----------

Lamentamos que haja dois pesos e duas medidas, porque se trata de algum apoio que as pessoas têm direito, nomeadamente às camadas mais frágeis da população. ----------

A nossa opinião é que se deve colocar o nome de quem tem direito a esses apoios de habitação, porque ao mesmo tempo as mesmas pessoas fazem os offshores e outras coisas mais, para que se passe milhões ao lado, sem que sejam taxados. Muitas vezes os grandes apoios, são dados às grandes empresas nunca são mencionadas. O que traz à evidência, a marca e a origem da classe de quem de facto faz essas leis, por isso "comungamos" da sua opinião e da sua preocupação. ----------

Queria perguntar ao senhor Vereador Nuno Canta, quando se irá colocar a placa na Avenida D. João IV, onde está a sede da 1º de dezembro? ----------

Relativamente à extinção das freguesias, que é um grande golpe no regime democrático, que significa por milhares de pessoas a menos a participar na vida ativa. Aqui no concelho do Montijo, pouco ou nada de fez em relação a esta matéria, houve apenas um debate na Assembleia de Freguesia do Montijo, mas que não teve ressonância com as populações, não houve um debate direto com as populações, porque alguns estão de acordo com a extinção das freguesias. --- Portanto, isto deveria ter sido anunciado com mais debates, mais informação que a situação merecia e merece. Da nossa parte, a CDU tem a dizer que defendemos claramente que as freguesias voltem a ter a mesma delimitação que tinham antes desta Lei. Assumimos esse compromisso. ----------

Queria ainda deixar uma informação e preocupação com a nossa Escola Secundária Jorge Peixinho, porque dentro de dias haverá uma evocação de Jorge Peixinho, que morreu no exercício do cargo de Presidente da Assembleia Municipal do Montijo e que infelizmente, nos documentos é omisso constantemente. É lamentável. ----------

Ainda no âmbito da Escola Secundária Jorge Peixinho, estamos preocupados com a situação, tivemos à dias uma reunião através do Grupo Parlamentar do PCP e com a referida escola, porque queremos de facto que as obras se procedam o mais rapidamente possível e que haja condições, que são imprescindíveis para o seu bom funcionamento.----------

Queremos saudar a luta dos professores, que é em defesa da escola pública do regime democrático, da qual a escola pública é parte integrante, em defesa dos alunos e dos encarregados de educação e claro, dos direitos dos professores. ----

Manifestar aqui o nosso repúdio pela mistificação constante que tem sido feita, com a tentativa de voltar os pais e os alunos, contra os professores. ----------

Existem, muitas crianças que a única refeição que têm é numa escola, pelo famigerado pacto de agressão, que foi subscrito pelo PS e PPD/PSD.CDS.PP e que o governo está a levar até às últimas consequências, com este novo pacote que ai vem. ----------

Por último, quero referir que o projeto já existente no Bairro das Carvalhas, sobre a Estação Elevatória, passe do projeto à prática e queremos saber qual a previsão? ----------

MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MOÇÃO - Serviços de Gestão de Resíduos Urbanos

"Considerando que: ----------

Os **Serviços de Gestão de Resíduos Urbanos** foram, desde 1976 a 1993, uma responsabilidade exclusiva da administração local do Estado, sendo a sua gestão controlada e assegurada pelas autarquias locais e pelos seus órgãos democraticamente eleitos; Para as autarquias da península de Setúbal, estes serviços inseriam-se, inserem-se e devem continuar a inserir-se num movimento geral de democratização da sociedade portuguesa e no reconhecimento de que o envolvimento dos cidadãos nas questões que lhes dizem respeito contribui para o enriquecimento da democracia. ----------

Em 1997, os Municípios da Península de Setúbal, por deliberação dos seus órgãos autárquicos, Camaras e assembleias, consentiram que uma parte da gestão e exploração daqueles seus serviços, a valorização e o tratamento de resíduos sólidos urbanos, fosse assegurada através da criação do atual Sistema Multimunicipal e da sua sociedade gestora, a Amarsul; ----------

Os Municípios só consentiram em partilhar aquelas responsabilidades e aderir ao sistema, constituindo-se, com a EGF, em titulares das ações da Amarsul, em condições que foram e são necessárias e determinantes e das quais não abdicam, nomeadamente: ----------

A sociedade constituir-se com capitais exclusivamente públicos, com manutenção da natureza pública dos bens que gere; ----------

Os municípios exercem todos os seus direitos legais, de entre os quais o seu direito de voto na gestão da sociedade, com o peso correspondente ao capital que subscreveram; ----------

Os municípios intervirem na gestão da sociedade, designado membros para os seus órgãos sociais conforme estipulado não acordo de acionistas celebrando entre os municípios e a EGF; ----------

O cumprimento das demais cláusulas aplicáveis, contantes no acordo de acionistas; ----------

Exigem o respeito pelas deliberações dos respetivos Órgãos Autárquicos, com a manutenção das condições que os levaram a aderir ao atual sistema multimunicipal e a participarem no capital social da Amarsul; ----------

Recusam as políticas e as medidas apontadas pelo Governo; ----------

Visando a alineação das participações públicas do Estado na Amarsul com a venda da EGF a privados; ----------

Abrindo a concessão multimunicipal á participação maioritária de entidades privadas; ----------

Subvertendo as condições que levaram os municípios a aceitar integrarem o atual Sistema Multimunicipal e a participarem no capital social da Amarsul; ------

E transformando o serviço público de resíduos num negócio lucrativo, com graves prejuízos para as populações, para a região e para o país. ----------

Considerando que esta foi tomada de posição subscrita pelos representantes dos municípios de Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal em Assembleia Geral da Amarsul realizada no passado dia 18 de Março. ----------

A Assembleia municipal de Montijo realizada em 24 de junho de 2013 delibera: - Manifestar o seu incondicional apoio a esta tomada de posição dos representantes dos Municípios." ----------

MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MOÇÃO - SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

"Os serviços de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais foram, desde 1976 a 1993, uma responsabilidade exclusiva da administração local do Estado, sendo a sua gestão controlada e assegurada pelas Autarquias Locais e pelos seus Órgãos democraticamente eleitos; ----------

Para as Autarquias locais da Península de Setúbal, estes serviços inseriam-se, inserem-se e devem continuar a inserir-se num movimento geral de democratização da sociedade portuguesa e no reconhecimento de que o envolvimento dos cidadãos nas questões que lhes dizem respeito contribui para o enriquecimento da democracia; ----------

Em 2003, por deliberação dos seus Órgãos Autárquicos, Câmaras e Assembleias, os municípios de Alcochete, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal, consentiram que uma parte da gestão e da exploração daqueles seus serviços, a recolha, tratamento e rejeição de efluentes produzidos nos seus concelhos, fosse assegurada através da criação do atual Sistema Multimunicipal e da sua sociedade gestora, a Simarsul. ----------

Só consentiram em partilhar parte daquelas suas responsabilidades e aderir ao atual Sistema Multimunicipal, constituindo-se, com a AdP, em titulares das ações da Simarsul, em condições que foram e são necessárias e determinantes e das quais não abdicam, nomeadamente: ----------

A Simarsul constituir-se com capitais exclusivamente públicos para gerir o atual Sistema Multimunicipal circunscrito ao território abrangido pelos Municípios seus acionistas garantindo a manutenção da natureza pública dos bens que

gere; ----------

Os Municípios exercerem todos os seus direitos legais então adquiridos de entre os quais o seu direito de voto e de intervenção na sociedade assim constituída, para a gestão do atual Sistema Multimunicipal, com o peso correspondente ao capital social que subscreveram; ----------

O cumprimento do acordo parassocial celebrado entre os acionistas da sociedade, Municípios e AdP, devendo os Municípios intervir na sua gestão, designando membros para os seus órgãos Sociais; ----------

O cumprimento das demais cláusulas constantes no acordo parassocial, nomeadamente, as condições de eventual subconcessão do Sistema. ----------

Exigem respeito pelas deliberações dos respetivos Órgãos Autárquicos, com a manutenção de condições determinantes que os levaram a aderir ao atual Sistema Multimunicipal e a participarem no capital social da Simarsul; ----------

Reafirmaram a sua rejeição das politicas e das medidas apontadas pelo governo e praticadas pela AdP, que, a pretexto da *11* solidariedade no valor das tarifas de água e de saneamento, a pagar entre municípios do litoral e do interior do País", mas que antes deveria ser obtida através de uma correta politica de desenvolvimento e de uma justa tributação fiscal, mais não fariam do que transformar a água pública e o serviço público de água e saneamento num negócio lucrativo para empresas privadas, contra a autonomia do Poder Local Democrático e os interesses das populações: ----------

A *11* Fusão" da Simarsul com 9 Sistemas Multimunicipais, desde Lisboa e Vale do Tejo, ao Norte e Centro Alentejo, ao Zêzere e Côa e á EPAL, num total de 99 concelhos. ----------

Este sistema megalómano, pela sua natureza, desligado da realidade das

Regiões, seria o primeiro passo para abrir um negócio da água a privados e quase anularia a atual intervenção dos Órgãos Autárquicos democraticamente eleitos, na gestão das infraestruturas do atual sistema multimunicipal da Simarsul, com prejuízo para as populações da Região de Setúbal; ----------

A "Verticalização" com a integração nesta empresa megalómana, das redes de abastecimento de água e de saneamento, que são da responsabilidade dos municípios. ----------

As Autarquias perderiam autonomia, competências e atribuições na gestão e na defesa destes serviços públicos, essenciais à vida das suas populações e ao desenvolvimento dos seus concelhos; ----------

A concessão a privados da exploração deste Sistema de Fusão Verticalizado ou de partes dele. ----------

Seria o passo final para transformar a água pública e o serviço público de água num negócio de empresas privadas, que, à margem dos interesses dos Municípios e das suas populações, imporiam condições e tarifas mais gravosas que lhes garantissem os lucros desejados, contrariamente às politicas municipais que definem tarifas sem fins lucrativos e com critérios económico-financeiros que tem em conta a natureza social do serviço publico e contribuem para sustentar os atuais sistemas multimunicipais em que participam. ----------

E reafirmam a sua total disponibilidade para que sejam tomadas medidas alternativas às que são apontadas pelo Governo e pela AdP que, enquadradas nos pressupostos que os levaram a aderir ao atual Sistema e a constituírem-se acionistas da Simarsul e dos quais não abdicam, assegurem a viabilidade e o equilíbrio financeiro e operacional da empresa, sem ser à custa do agravamento permanente e incomportável do aumento das tarifas pagas pelos Municípios e

pelos seus munícipes: ----------

Integração plena e rápida do Município de Setúbal na Simarsul, já prevista no Decreto-Lei de 2003; ----------

Atribuição de uma compensação financeira à Simarsul e ao Município de Setúbal pelos prejuízos provocados durante nove anos à empresa e aos Municípios pela não integração de Setúbal, através de fundos financeiros, nomeadamente, do aumento da comparticipação do Fundo de Coesão, aliás, de forma equitativa como em outros sistemas e de forma a contribuir para o equilíbrio económico e financeiro da empresa. ----------

O Governo e a AdP devem assumir responsabilidades pela não integração plena do Município de Setúbal na Simarsul, pelas respetivas consequências e pela atribuição desta compensação. ----------

Esta não integração tem prejudicado o Município de Setúbal, impedindo a realização de investimentos neste concelho, tem aumentado o valor da tarifa, tem contribuído para agravar o equilíbrio e a atual situação financeira da empresa, com a acumulação de dividas e o aumento de défices tarifários que, tal como sucede na maior parte das empresas multimunicipais do País, também é agravada pelas politicas contra a autonomia do Poder Local Democrático e pela situação em que o País se encontra; ----------

Libertação ou adiantamento imediato a favor da Simarsul, cerca de 10 milhões de euros correspondentes ao pagamento do saldo que lhe é devido da sua candidatura ao Fundo de Coesão, condicionado desde 2005 por imposição da Comissão Europeia ao Estado Português pelo não tratamento de efluentes de suiniculturas, atividade totalmente estranha às competências da empresa e dos Municípios e que também contribui para o agravamento da sua situação

financeira; ----------

Elaboração e análise imediata, a facultar aos Municípios de cenários de viabilidade económica e financeira aceitáveis já anteriormente solicitados, que assegurem o funcionamento da empresa e que tenham em conta, nomeadamente e para além das medidas atrás apontadas, o prazo de concessão e a possibilidade de uma tarifa adequada à realidade dos Municípios e do País. ----------

Considerando que esta foi a tomada de posição subscrita pelos representantes dos Municípios de Alcochete, Almada, Barreiro, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal em Assembleia Geral da Simarsul realizada no passado dia 15 de março. ----------

A Assembleia Municipal de Montijo realizada em 24 de junho de 2013 delibera: Manifestar o seu incondicional apoio a esta tomada de posição dos representantes dos Municípios." ----------

INTERVENÇÃO

"A vereação Socialista não soube de facto aproveitar a herança legada pela CDU, com um conjunto de projetos e propostas e com um galopante aumento de encaixe financeiro derivado da construção da Ponte Vasco da Gama, esta é uma verdade inequívoca, basta para tanto consultar os orçamentos antes e depois da construção da Ponte vasco da Gama.----------

A falta de planeamento estratégico da vereação socialista tornou Montijo num dormitório, num concelho mais pobre, mais sujo, abandonado.----------

O plano estratégico da cidade de Montijo foi colocado no baú dos esquecidos.---

As promessas eleitorais levaram-nas o vento, são exemplo entre outros.----------

A Recuperação da Zona Ribeirinha, o Complexo desportivo Municipal, Circular Externa, Casa de Musica Jorge Peixinho, O Campo de Futebol do Afonsoeiro, a mudança dos Cais Fluvial de passageiros para o Seixalinho matou o centro da cidade de Montijo e o seu comércio local, torna a deslocação para Lisboa mais cara e mais demorada.----------

O Restaurante Panorâmico, a creche, o estacionamento gratuito, e minis bus gratuitos, o elétrico (sistema de transporte rápido) ficou no baú das promessas. Foi de facto uma situação de empobrecimento para o Montijo e sua população. A discriminação negativa e a asfixia de que foi vítima a população de Sarilhos grandes por parte da vereação do Partido Socialista que põe em causa o regular funcionamento da Junta de freguesia através da atitude antidemocrática e inaceitável ao Portugal de Abril ao retirar o protocolo de descentralização de competências, colocando a Junta de Freguesia em falência técnica.----------

Os trabalhadores da Autarquia que comparativamente aos restantes do Distrito são prejudicados pelo modelo de opção gestionária da vereação do Partido Socialista como já não lhes bastasse a ofensiva terrorista do governo Passos Coelho, como demonstra o Pacto de Agressão Troika que PS, PSD, CDS/PP subscreveram com a cumplicidade do Senhor Presidente da República.----------

A vereação Socialista não merece continuar à frente dos destinos do nosso concelho, o seu ciclo está a chegar ao fim.----------

Existe alternativa com projeto, nos projetos de desenvolvimento económico e social, integrado ao serviço das populações no quadro do Plano Estratégico da Península de Setúbal. A CDU é a força política que protagoniza essa alternativa e esse projeto.

O senhor **Deputado Municipal – José Ferra** (CDU), no uso da palavra leu uma **Moção**, cujo teor a seguir se transcreve: ----------

MOÇÃO – APOIO À GREVE GERAL

"Considerando que dois anos de governo PSD/CDS no seguimento do pacto de agressão "Troika" o país está a ser conduzido para o abismo económico e social. Considerando que o governo PSD/CDS anunciou um novo pacote de medidas contra os trabalhadores: ----------

Alongamento do horário de trabalho; ----------

Aumento da idade de reforma; ----------

Novos cortes nas pensões, reformas e salários; ----------

Menos direito à saúde e educação; ----------

Menos proteção social; ----------

Despedimentos de dezenas de milhares de trabalhadores na administração pública; ----------

Pagamento de subsídio de férias fora do tempo previsto na lei. ----------

Considerando que enquanto roubam nos salários e direitos o governo vai entregando milhões à banca enchendo os bolsos do grande capital com contratos ruinosos, como as Parcerias Público-Privadas, mantendo a salvo de impostos os lucros e dividendos bolsistas e especulativos, dando aos credores mais de 8 mil milhões de euros por ano em juros de uma, dívida em grande parte ilegítima. ----------

Considerando que é imperativo Nacional a demissão do atual governo e uma

nova política que retome os caminhos que as portas de Abril abriram e no respeito pelo cumprimento da Constituição da República Portuguesa. - Considerando que neste quadro político o movimento sindical marcou uma greve geral para o próximo dia 27 de Junho de 2013. ----------
A Assembleia Municipal do Montijo reunida a 24 de junho de 2013 delibera: -----
Manifestar o seu apoio à greve anunciada e apelar para que a população do Concelho de Montijo participe. ----------
Basta de empobrecimento e miséria!" ----------

O senhor **Deputado Municipal – Cipriano Pisco** (BE), no uso da palavra colocou algumas questões à Câmara Municipal, as quais passo a citar: ----------

"O batelão do Cais dos Vapores foi ao fundo. ----------
De quem é a responsabilidade por deixar ir o batelão ao fundo?----------
De quem é a responsabilidade de o colocar novamente a flutuar? ----------
Qual é a solução? ----------

Quero saudar a Greve Geral, que se vai realizar no dia 27, tendo em conta, todo o enquadramento político e social. ----------

Estou de acordo com a Câmara Municipal do Montijo, de pagar o subsídio de férias aos trabalhadores e apoio essa decisão. ----------

Em relação à extinção das freguesias, houve uma manifestação, campanhas de informação, comunicados, etc. Pode-se sempre fazer mais, mas o que é verdade é que foi debatido". ----------

O senhor **Deputado Municipal – Alfredo Rodrigues** (PPD/PSD.CDS.PP), no uso da palavra colocou algumas questões à Câmara Municipal, as quais passo a citar: ----------

"Em primeiro lugar quero dizer que possivelmente esta é a última assembleia municipal e na eventualidade de ser a ultima vez que aqui venho, queria agradecer a todos paciência com que me aturaram e a inteligência com que absorveram algumas das coisas úteis, que possa aqui ter trazido. ----------

Queria também, saudar todos os presente e em especial a senhora Presidente da Câmara, como é o fim dos seus mandatos e desejar na sua vida futura, boa sorte. Também quero dizer a todos e em especial ao meus opositores, que neste momento a minha maior dificuldade, é pensar que tenho que dar razão a alguns de vocês e até sou capaz de dizer que têm razão. ----------

Os senhores munícipes que aqui vieram tiveram oportunidade de perceber que a democracia é uma coisa muito bonita, mas é muito complicada de exercer, tanto mais que chegam aqui a esta casa, pedem para ouvir as opiniões das bancadas e é aqui que temos que fazer um exercício democrático, "agora não se pode falar, nem responder, mas daqui a bocado já se pode", pessoalmente acho que isto dá mau aspeto. ----------

No seguimento do que é o meu papel nesta casa, tenho algumas perguntas a fazer à senhora Presidente da Câmara, mas antes quero agradecer o livro que enviou para casa com as atividades dos seus mandatos que teve na Câmara Municipal do Montijo. ----------

Gostaria de saber quantos exemplares deste livro, foram feitos para ver a abrangência, que o livro tem em si? Outra questão é saber, o porquê de ter recebido o livro com aviso de receção? ----------

Relativamente ao que a senhora Presidente disse, quanto às falhas dos políticos, dos dirigentes e dos trabalhadores, eu estou de acordo em termos gerais, quando o sistema não funciona. ----------

Na ata n. 2, página 44, eu leio "*Relativamente à capelas tenho conhecimento através do senhor Vereador Nuno Canta, que essa situação já se encontra resolvida*" isto vem no seguimento de uma pergunta alusiva às capelas do cemitério. No dia 17 de, fui à Assembleia de Freguesia do Montijo e esse assunto foi lá colocado novamente e se os senhores forem ver as atas da Assembleia de Freguesia de Montijo, houve um deputado que se dirigiu ao senhor Presidente da Junta de Freguesia do Montijo, no sentido de este assunto das capelas ser resolvido e fiquei curioso. O senhor Vereador já tinha dito que a situação estava resolvida, como é que agora de 22 de abril para 27 de junho, a situação aparece outra vez? ----------

Na falta de objetividade com que os políticos tratam as coisas, o ano passado por esta altura foi publicado numa revista municipal, na primeira página, o seguinte: "Começamos as obras na Praça Gomes Freire de Andrade", assim gostava de saber como está o andamento das obras? ----------

Também li no jornal que as obras do Mercado Municipal, começam ainda este ano, para quando? ----------

Outra noticia que saiu num blog, que uma Tertúlia da Moita do Ribatejo tinha sido as "costas" da organização da nossa regata, organizou um almoço com prémios sugestivos e essa notícia deu a entender que houve um boicote a esta atividade. Queria saber se a senhora Presidente tem mais alguma informação sobre este assunto?" ----------

A senhora **Deputada Municipal – Fernanda Fernandes** (PS), no uso da palavra, leu uma **Intervenção Política**, cujo teor abaixo se transcreve: ----------

Valorizar e desvalorizar a Educação – eis a questão

"Esta intervenção realizar-se-á em «dois andamentos», por assim dizer. Porque neste concelho do Montijo é assim que vemos a Educação, mediante a perspetiva em que a analisarmos. ----------

1- Valorizar a Educação: as apostas e as realizações do mandato autárquico do PS no Montijo (2009/2013). ----------

2 - Desvalorizar a Educação: dois anos de políticas e práticas do Governo PSD/CDS e as obras de requalificação da Escola Secundária Jorge Peixinho. ----------

1 - O presente mandato do Partido Socialista, presidido por Maria Amélia Antunes, o quarto consecutivo ganho com maioria absoluta, confrontou-se, em termos de Educação, com uma situação muito diferente daquela que fora encontrada em 1998, dominada por uma rede educativa insuficiente e um parque escolar abandonado e degradado. ----------

Superados os desafios de recuperação e dignificação dos equipamentos educativos e do redimensionamento da rede escolar de acordo com as reais necessidades das populações do concelho - com total cobertura em termos de oferta do pré-escolar na rede pública -, neste terceiro mandato destacou- se, ainda, a Construção da Escola Integrada do Esteval-Areias (2010/2011), equipamento edificado sob responsabilidade da autarquia, em menos de um ano; o único atraso que se verificou na abertura desta escola (entretanto

integrada no Agrupamento de Escolas Poeta Joaquim Serra) deveu-se ao atraso de cerca de um mês no fornecimento do mobiliário para o Jardim de Infância, da responsabilidade do Ministério da Educação (através da DRELVT). ----------

A valorização do Ensino Público prosseguiu, mesmo depois do concelho do Montijo poder contar com os equipamentos dignos e as ofertas diversificadas. Sem esmorecimento, caracterizou-se, no atual mandato, pelo APOIO ÀS FAMÍLIAS. ----------

No momento atual, em que as famílias se confrontam com limitações financeiras e em que os horários de trabalho geram cada vez maiores dificuldades na conciliação entre a vida pessoal e familiar e a vida profissional, os serviços de APOIO ÀS FAMÍLIAS contribui de forma decisiva para o bem-estar social do concelho. Estes serviços envolvem: ----------

- o prolongamento de horário no Pré-escolar, ----------
- a escola a tempo inteiro no 10 ciclo do EB, com a oferta de AEC's, ----------
- o fornecimento de refeições. ----------

2 - **Dois anos de políticas e práticas do Governo PSD/CDS** ----------

Ao invés, as políticas nacionais a que os portugueses estão sujeitos, constituem o maior ataque à escola pública, na história de Portugal. ----------

Crato tem um programa claro, servindo-se da crise e da troika para «implodir» a escola pública. As medidas que tem tomado evidenciam o claro desígnio de reduzir o ensino público a um ensino de segunda, destinado a engrossar a marginal idade social, para quem a igualdade de oportunidades não passará de uma miragem. ----------

O objetivo estratégico do M.E.C. é, tão somente, a redução dos professores

(50.000, dizem os relatórios, a acrescer aos cerca de 28.000 que saíram do sistema, nos últimos 3 anos) e não a valorização do ensino público. Com esse fim, tem vindo a operacionalizar cortes cegos aqui e ali, sem outra estratégia que não a financeira e com absoluto desrespeito, já não digo pelos professores, mas sobretudo pelo direito dos alunos a uma educação pública de qualidade. ---

Por razões financeiras, este ministro implementou medidas que reduzem drasticamente a qualidade curricular, didática e pedagógica do sistema público de ensino: ----------

- Cortes de umas disciplinas (nomeadamente no âmbito da educação artística e tecnológica); cortes na carga horária de outras, sem qualquer alteração ou ajustamento de programas. ----------

- Aumento do número de alunos por turma. ----------

- Redução das tarefas docentes integradas na componente letiva (como a Direção de Turma). Redução do número de horas para o desempenho de vários cargos de gestão intermédia. Aumento da componente letiva dos professores com o 'truque' dos 1100 minutos. ----------

Os professores neste ano letivo - aqueles que ainda tiveram trabalho - já sentiram bem na pele a degradação das condições de exercício da sua profissão: aulas em várias escolas, 10 ou 11 turmas, 300 alunos. ----------

Acresce, no próximo ano, a ameaça de mobilidade e de despedimento efetivo, através do regime de requalificação dos trabalhadores da administração pública. ----------

Em resumo: mais horas de trabalho, mais turmas, menos remuneração e a ameaça de despedimentos, como corolário. ----------

Para culminar, a gestão da greve dos professores às reuniões de avaliação e aos exames do passado dia 17. Uma gestão política desastrosa e intelectualmente desonesta, que recusou a medida proposta pelo Colégio Arbitral, de alteração da data, por alegadamente «abrir um grave precedente» que perigaria a seriedade presente e futura do calendário de exames; pelas mesmas razões, ou por outras ou mesmo por razão nenhuma (sabe-se lá!) já pode, o Ministro Crato, alterar a data dos exames previstos para o dia da Greve Geral, antecipando-os, de 27, para 26 do mês corrente. ----------

Mas o desastre do dia 17, associado aos exames de Português do 12° ano, ficará no currículo do Ministro que fez a sua autopromoção política com o discurso do rigor e da exigência. Valeu tudo: ----------

- alunos que fizeram o exame; ----------

-- alunos que o não fizeram; ----------

--- alunos que iniciaram a realização da prova muito depois da hora prevista; ----

--- alunos que foram interrompidos por motins, alguns, várias vezes ao longo do tempo de realização da prova; ----------

- vigilantes sem preparação prévia, ignorando os procedimentos elementares; - provas vigiadas por um só docente; ----------

-- alunos amontoados em refeitórios, aumentando desmesuradamente o rácio de alunos a realizar exame por professor vigilante ... ----------

Se tivéssemos, de facto, Ministro da Educação, na autêntica e digna aceção da palavra, a esta hora ter-se-ia demitido. ----------

3 - As obras de requalificação da Escola Secundária Jorge Peixinho Secundária Jorge Peixinho ----------

Mas, não vamos mais longe, como se usa dizer. ----------

Aqui mesmo, à nossa porta, a forma como o Ministério da Educação votou ao abandono a Escola Secundária Jorge Peixinho, na sequência das obras de requalificação pela Parque Escolar, iniciadas em 2010, toda a comunidade educativa e, particularmente, os alunos, constitui um escandaloso paradigma do ataque deste governo à escola pública. ----------

A previsão das obras era de 9 meses para a 1ª fase e de 7 meses para a 2ª fase, tendo a escola feito um conjunto muito significativo de alterações de funcionamento, para se adaptar no período de realização das obras, nomeadamente o aluguer de contentores metálicos em monoblocos, para substituição das salas de aula. ----------

À data, foram ultrapassados todos os prazos de entrega da obra, prolongando-se um «braço de ferro» entre a Empresa responsável pela execução da obra e a Parque Escolar, que lesa profundamente o normal funcionamento da escola e o direito dos jovens à segurança e à educação. ----------

A 1ª fase da obra está praticamente concluída; os detalhes a terminar equivalem a pouco mais de dois meses de aluguer dos contentores (7.350 € por mês). ----------

Prolongando-se desmesuradamente o uso deste material provisório, a sua degradação é visível e contém perigos no que concerne a segurança; com o processo das obras, a parte da escola não intervencionada (a mais degradada, desde o início) degradou-se ainda mais. ----------

Além do atraso da entrega da obra já concluída, o MEC prepara-se para bloquear a realização da 2ª fase de requalificação, o que criará uma situação

inenarrável. ----------

Tratar-se-á de um problema técnico, como nos fazem crer? Ou mesmo jurídico (através do contencioso entre a Empresa e a Parque Escolar)? Nenhuma destas questões teria dimensão suficiente, caso tivesse havido vontade e responsabilidade política. Trata-se, portanto, de UM CASO POLÍTICO marcado pelos seguintes traços: ----------

- incompetência e falta de vontade política para a resolução do problema; -------

- instrumentalização política e partidária estratégica, à custa da situação da Escola Secundária Jorge Peixinho, em total desrespeito pelos direitos dos alunos e da comunidade educativa; ----------

- escandalosa descredibilização da Escola pública."----------

A senhora **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, respondeu às questões colocadas pelos senhores Deputados Municipais e disse: ----------

"O senhor Deputado Municipal – Cipriano Pisco colocou uma questão concreta, sobre o pontão do Cais dos Vapores e de quem é a responsabilidade. Vamos falar verdade e a cada um, as suas responsabilidades. ----------

O Cais do Seixalinho, o terminal é da Administração do Porto de Lisboa e o pontão era da Transtejo. ----------

A Administração do Porto de Lisboa, no quadro da candidatura que a Câmara Municipal do Montijo apresentou ao QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional, foi parceiro para a recuperação do Cais dos Vapores e a sua intervenção seria na ordem dos duzentos e cinquenta mil euros, a comparticipação seria naturalmente do QREN, inicialmente era de 50%. ----------

A candidatura era de 7 milhões euros, para a 2ª Fase da Zona Ribeirinha, o que

significa que as obras seriam comparticipadas em três milhões e meio de euros, dezoito ações, entre as quais a requalificação do Cais dos Vapores. Os outros três milhões e meio de euros, seriam da Câmara Municipal do Montijo, com recurso ao crédito ou fundos próprios. ----------

Entretanto nós desenvolvemos alguns concursos, como a Praça Gomes Freire de Andrade e o Mercado Municipal e não tivemos oportunidade em tempo útil, porque entretanto a situação financeira se agravou, a crise instalou-se e nós mandámos abaixo a candidatura, porque não estávamos para nos endividar e o Cais dos Vapores continua a ser da Transtejo e da responsabilidade da Transtejo. O pontão da responsabilidade da Câmara Municipal do Montijo, porque a Transtejo o cedeu à Câmara Municipal. ----------

As entidades que operam ali, são a Administração do Porto de Lisboa, de quem é o edifício, o pontão a Transtejo cedeu à Câmara Municipal. ----------

Entretanto houve vários conflitos por causa do uso do cais, conflitos que decorrem do Clube Atlético do Montijo de ter lá o seu espaço e ter a devida autorização para o desenvolvimento das suas atividades e também dos pescadores que também queriam lá ter o seu espaço no Cais dos Vapores. Assim, o edifício foi dividido, uma parte para o Atlético e a outra parte para os pescadores. ----------

Isto é o estado de cooperação, entre as várias entidades, que não têm necessariamente a ver com a Câmara Municipal do Montijo. A última obra que lá foi feita, foi o Atlético que fez e que a Câmara Municipal comparticipou e aprovou em Reunião de Câmara e por unanimidade. ----------

A Administração do Porto de Lisboa, vai deixar o edifício degradar-se se nós, Câmara Municipal do Montijo, não nos viermos a impor, num futuro próximo. –

Relativamente ao pontão, à cerca de dois anos já tinha ido ao fundo e a Câmara Municipal do Montijo, mandou reparar. ----------

O pontão foi ao fundo outra vez, por causa do entra e sai de barcos e de pessoas. Mas o pontão está reparado e está em condições de os catamaran lá atracarem. ----------

Eu quando soube que a Transtejo queria um certificado de qualidade para os catamaran lá atracarem eu interroguei-me, se o pontão está nas mesmas condições que o ano passado, o que mudou? ----------

Um pontão novo custa cerca de duzentos mil euros, nem se justifica, porque o pontão entretanto foi recuperado. ----------

Congratulo-me pelo facto de estar de acordo em termos pago o subsídio de férias e essa também é uma diferença, é nós não sermos capazes de valorizar as decisões de políticos que embora não sejam da nossa ideologia, não deixam de ter posições corretas, devemos valorizar por ação, expressando. Isso credibiliza a política, é concertação. ----------

Quanto às questões colocadas pelo senhor Deputado – Alfredo Rodrigues, deixaremos para mais tarde e o futuro, nos julgará, por aquilo que fizemos, mas como já disse vou confortada, mas a ambição do ser humano é fazer sempre mais e melhor e naturalmente que fica sempre o desejo de fazer mais e melhor.

Quanto ao livro que foi distribuído, o número de exemplares foi de 500, porque pretende ser o repositório daquilo, que do nosso ponto de vista é mais importante e foi realizado. A escolha foi nossa, os textos, as fotos, fica para os historiadores analisarem. ----------

As instruções que demos, foi que o livro deveria ser entregue pessoalmente ou enviado pelo correio com aviso de receção, para termos a certeza que era entregue, por causa das devoluções. Os livros foram distribuídos pelos autarcas do Montijo, pelas instituições desportivas, culturais, de solidariedade, bibliotecas, 17 Presidentes de Câmara da Área Metropolitana de Lisboa e algumas personalidades. ----------

Sobre as obras da Praça Gomes Freire de Andrade e do Mercado Municipal, que se enquadram nas candidaturas, que à pouco referi, passo a explicar: As obras da Praça Gomes Freire de Andrade foram adjudicadas e foram iniciadas com estaleiro e como depois a candidatura caiu, as obras não tiveram andamento e o Mercado Municipal, o senhor Deputado Municipal na discussão da Ordem de Trabalhos, vai ter uma revisão e é um dos aspetos dessa revisão é a repartição de encargos para o Mercado Municipal, para o ano 2013 e 2014, para nós podermos adjudicar e ir para visto do Tribunal de Contas. As obras iniciar-se-ão ainda em 2013 e decorrerão até 2014. ----------

Este é o nosso objetivo de podermos melhorar o Mercado Municipal, a Praça Gomes Freire de Andrade, já tivemos oportunidade de dizer, não temos verba para a requalificar e portanto não nos vamos endividar. As nossas prioridades são as pessoas, são as famílias, por isso investiremos nessa área, de apoio às pessoas. ----------

O Mercado Municipal é um investimento menor, já tem um contrato de empréstimo para uma parte, cerca de duzentos mil euros, a recuperação do Mercado Municipal irá custar cerca de seiscentos mil euros, sendo quatrocentos mil euros de fundos próprios da Câmara Municipal. ----------

Não se trata de falta de objetividade, trata-se sim de alteração de circunstâncias que nos levam naturalmente a modificar as nossas prioridades. ----------

Sobre a notícia que leu no blog, não tenho qualquer conhecimento sobre esse assunto." ----------

O senhor **Deputado Municipal – José Caria** (PS), leu uma **Intervenção**, alusiva à **Aplicação da Lei das Rendas n.º 31/2012, de 14 de agosto**, a qual abaixo se transcreve: ----------

"1 - **NOS CONTRATOS HABITACIONAIS** ----------

De acordo com as possibilidades e a permissividade disponibilizada por esta Lei, as propostas dos senhorios procuraram e procuraram, de uma forma geral: ------

- Transitar o contrato de arrendamento existe para o novo regime NRAU, variando as propostas com prazos entre 1 e 5 anos, nalguns casos não renováveis, sendo residuais as propostas de manutenção do regime vigente. ----

- Agravar as rendas propondo na maioria das situações valores acima ou com um valor igual ao do limite máximo, resultante da aplicação de 1/15 sobre o valor patrimonial tributário do locado, sendo residuais as propostas com valores inferiores. ----------

As respostas dos inquilinos versam, de uma forma geral: ----------

- Invocar a idade, uma vez que a maioria tem mais de 65 anos, ou um grau de incapacidade superior a 60%, o que determina a manutenção do regime contratual vigente, não transitado para contrato a prazo certo. ----------

- Aceitar forçadamente a alteração para um contrato a prazo de 5 anos nos termos NRAU, quando tem menos de 65 anos e não tem um grau de

incapacidade superior a 60%. ----------

- Invocar o RABC – Rendimento Anual Bruto Corrigido, uma vez que a grande maioria dos inquilinos são pensionistas e tem rendimentos familiares médios inferiores a 1.000.00 euros mensais. ----------

- Denunciar o contrato nas situações em que o valor da renda fixado é excessivo para a capacidade e a qualidade do locado. ----------

2. QUANTO Á APLICAÇAO DA LEI Nº 31/2012 NOS CONTRATOS NÃO HABITACIONAIS ----------

De acordo com as possibilidades e a permissidade disponibilizada por esta Lei, as propostas dos senhorios procuram, de uma forma geral: ----------

- Alterar o contrato de arrendamento existente para um contrato a prazo, variando as propostas entre 2 a 5 anos. ----------

- Atualizar as rendas propondo na maioria das situações valores acima do limite máximo, que é o resultante da aplicação de 1/15 sobre o valor patrimonial atualizado nos termos do CIMI. ----------

- Em muitos casos estão a aplicar a Lei sobre obras em prédios arrendados o que significa o despejo com fundamento na intenção de realização por obras profundas, sem que se saiba bem o que são dado que o conceito não esta definido, com indemnizações de valores ridículos e inaceitáveis. ----------

- Não correspondem ao valor dos investimentos nem suportam indemnizações a empregados com dezenas de anos de atividade e que irão para o desemprego, com consequências graves para a economia, para o emprego e, especialmente para as famílias que se vêm na contingência da perca do posto de trabalho sem possibilidades de obter novo empregado pela idade e porque grande parte das empresas estão em processo de encerramento. ----------

1.1 No que respeita ao setor habitacional é de evidenciar: ----------

- A grande angústia dos inquilinos, fundamentalmente idosos, uma vez que esta lei se aplica aos contratos celebrados antes de 1990, perante as propostas de atualização de renda para valores elevados face a salários e a pensões baixas e desgastadas por cortes, e pela exorbitante carga fiscal, por ausência de atualizações recentes, por maiores despesas na saúde e pela multiplicidade de aumentos dos preços dos principais bens e serviços. ----------

- A perspetiva de, decorrido 5 anos, estarem perante o terror da nova e mais elevada atualização de renda, sem quaisquer salvaguardas ou restrições, designadamente a possibilidade de alegar carência económica ou de avocar um limite condicionada pelo valor patrimonial do locado e/ou de, então, não tendo possibilidades de a pagar, serem despejados ou auto despejarem-se. ----------

2.1 No que respeita ao setor não habitacional, há que sublinhar ----------

- O encerramento de empresas em diversas atividades, no comércio de proximidade/ tradicional, na restauração, etc. devido ao aumento das rendas para valores que as atividades não comportam. ----------

- Para as micoentidades ou associações, a perfectiva de, decorridos 5 anos, estarem perante uma nova e mais elevada proposta de atualização de renda sem quaisquer salvaguardas ou restrições, e de, então, não terem possibilidades de a pagar e serem despejados ou de encerrarem a atividade. ----------

- Estamos perante uma lei aviltante e violenta, que não respeita os mais os idosos e mais carenciados, nem um vasto conjunto de atividades económicas e sociais, e de que já estão a resultar. ----------

3. Consequências diversas e nefastas, que se sintetiza em: ----------

- A enorme angustia, incerteza e insegurança de milhares de famílias, de idosos,

de desempregados perante o futuro; ----------

- A denúncia de contratos por parte de inquilinos por não poderem suportar as novas rendas; ----------

- O encerramento de atividades económicas e sociais, com consequências na cobrança de impostos e taxas – IVA, IRC, IRS, e outras – aumento do desemprego, mais espaços devolutos, menos segurança nas nossas ruas. ---------

4.Importa ainda referir ----------

QUANTO A APLICAÇAO DA LEI DAS RENDAS Nº 31/2012 ----------

O Regime da Reabilitação Urbana em vigar, como era previsível, esta a causar efeitos nefastos como o despejo de muitos inquilinos com a especial incidência no arrendamento não habitacional em Lisboa, Porto e outras capitais e cidades. Como hoje já é mais que evidente ----------

- Não cuida da qualidade da habitação, apenas se preocupa com os possíveis despejos, permitindo a alteração do valor da renda, mesmo em fogos e prédios em adiantado estado de desgraça com consequências na qualidade de vida e na saúde das famílias. ----------

- Sem estar em causa a necessidade de se reabilitar o edificado, será imprescindível respeitar os inquilinos e as atividades existentes, não sendo aceitável um processo administrativo que os ignora e que prevê um processo de despejo relativamente rápido e uma indeminização claramente insuficiente para os encargos resultante do encerramento de atividades. ----------

- Estamos perante inqualificável falta de respeito por valores e direitos essenciais como a dignidade humana e o direito á habitação, ao trabalho e ao emprego, a que urge por cobro. ----------

5. A SOLUÇÃO PARA ESTE DESCALABRO ----------

Passa pela revogação urgente destas leis e por se voltar a discutir de forma seria o modo a atualização de rendas tendo em conta certos parâmetros, como os rendimentos, o estado do locado, as obras realizadas e a imprescindível estabilidade dos contratos, bem como as garantias dos arrendatários perante a reabilitação. ----------

Dai, ser de reivindicar e exigir ao governo e á assembleia da república a revogação urgente da Lei nº 31/2012, de 14 de Agosto, e da legislação complementar entretanto publicada. ----------

Dai, ser de reivindicar e exigir a abertura de novo processo legislativo sobre esta matéria que tenha em conta o estado de conservação das casas e as obras realizadas, bem como os desmandos entretanto sucedidos e a sua correção na legislação futura." ----------

O senhor **Deputado Municipal – Carlos Guerreiro** (PPD/PSD.CDS.PP), leu uma **Intervenção**, alusiva à **Qualidade de Vida dos Montijenses** e colocou algumas questões à Câmara Municipal, cujos terrores abaixo se transcrevem, respetivamente: ----------

"A qualidade de vida dos Montijenses está a degradar-se dia a dia, com a incapacidade da gestão e manutenção das coisas públicas. A Cidade deixou de ter o cuidado que necessita e que estávamos habituados a ver, os equipamentos municipais degradam-se a olhos vistos, não há reposição daquilo que por vandalismo ou por má organização é estragado. ----------

Os parques infantis carecem de manutenção que não é feita há muitos e muitos meses. Muitos deles encontram-se encerrados pois para além de não servirem para o objetivo com que foram criados, o facto de qualquer animal entrar e

fazer as suas necessidades cria um foco potencial de risco para os nossos filhos e outros utilizadores destes espaços. Quando acontecer uma desgraça haverá novamente o lavar das mãos e a desresponsabilização dos mesmos autarcas que dizem não haver dinheiro para fazer tudo, mas para contratos de pesquisas históricas há, para pagar uma renovação do PDM também, isto para não falar da propaganda distribuída recentemente em carta registada e tudo. ----------

Comemorou-se no dia 6 de Junho o Dia do Ambiente e a Casa do Ambiente entendeu por bem assinalar a data com eventos realizados no Jardim da Casa de Mora. O que não necessitava era de pintar pés verdes e escrever à entrada do Jardim a palavra "Ambiente". Para quem defende o ambiente, conspurcar o centro da cidade, não fica bem. Mas como ninguém fiscaliza o que é feito, também não se pode esperar outra coisa. Sugere-se que as "brigadas ruas limpas" que foram criadas pela própria casa do ambiente, para "sensibilizar os cidadãos para uma cidade mais limpa", possa começar por eles próprios e a limparem aquilo que sujaram. ----------

Ao passeios em calçada portuguesa estão demasiado esburacados, sendo constantes as quedas que os transeuntes dão devido às pedras se encontrarem soltas acabando por saltarem do local dando origem a buracos. Antigamente havia manutenção que se ocupava destas situações, mas agora deixa-se estar. --

Aproxima-se o verão e o tempo quente e uma vez mais, a limpeza das valas é feita muito tempo depois do que deveria ser, atraindo moscas, mosquitos, meigas e demais bicharada que fogem dos seus esconderijos e invadem casas habitacionais. Zonas há, da cidade, em que os moradores fotografam ratos, em pleno dia, movimentando-se a seu belo prazer. Nas proximidades da Rotunda da Santa, a vala real aí existente foi recentemente limpa, se é que se pode dizer

limpeza de o arrancar da vegetação que tomou conta da vala. A empresa que retirou as ervas colocou um camião em cima da relva e destruiu mais de 100 metros quadrados de relva. Acresce que era a relva que ainda se mantinha verde, pois muita relva está já mais da cor da palha do de verde. Quem é que vai repor ou pagar por esta destruição? ----------

O plano de água existente nas colinas do oriente, Praça de Portugal não tem manutenção há muitos meses, definhando os peixes que lá se encontram por água límpida. Numa recente reunião do executivo camarário, a presidente da camara não assumiu a responsabilidade da manutenção de um equipamento que é público, e isto está escrito em ata. Pergunto: de quem é a responsabilidade dos equipamentos públicos tais como lagos bancos, papeleiras, parques infantis, relvas, limpezas das vias públicas, etc? Vai ou não ser feita a manutenção ao plano de água nas colinas do oriente? Vão ou não ser intervencionados os parques infantis da cidade? ----------

A Camara Municipal está a fazer a manutenção da estrada de areia, que liga a Av. Antero Botas á Avenida Jorge Peixinho. Esta mesma estrada traz grande transtorno para todos os moradores de toda esta zona, visto que não podem ter roupa estendida, o pó no ar é demais e é impossível manter janelas abertas. Sendo o terreno, onde passa a dita estrada, propriedade privada, não pode a Câmara chegar a acordo com o proprietário e espalhar brita, cascalho ou o que quer que seja para que a passagem de veículos por esta via não afete mais, da forma como está, a qualidade de vida dos Montijenses que moram nessa área. Outro pedido relativamente a essa zona é a colocação de pesticida nas árvores uma vez que os insetos são muitos e também outro tipo de animais desde roedores, rastejantes, cochonilha e formiga que vai atrás da primeira. Também

estas árvores não são cuidadas há muito tempo, havendo casos em que literalmente "entram pela casa a dentro". ----------

Há passeios da urbanização da Rua Beatriz Cassus que não foram executados, bem como os arranjos do quarteirão entre esta rua e a Rua António Tavares Marques. Sendo obrigatório a sua execução antes da receção por parte da Camara das infraestruturas de urbanização, quando vai a camara concluir os passeios e os arranjos que faltam? ----------

Todas estas situações foram há muito apresentadas ao Vereador responsável, quer por email quer em carta registada e não obtiveram qualquer resposta a não ser um convite para estar presente na apresentação do candidato do PS às próximas eleições autárquicas. ----------

A Junta de Freguesia do Montijo está, a expensas próprias, a substituir algumas das placas toponímicas do Bairro do Areias. Uma vez que as placas da cidade também se encontram muitas a necessitar manutenção, existe algum plano e datas de execução para a sua substituição? Podem ser distribuídas cópias pelas bancadas desta assembleia?" ----------

"Relativamente à recolha de resíduos urbanos, eu tenho ecopontos perto da minha cas, mas, eu conheço pessoas que vivem nesta cidade, pagam as mesmas taxas de recolha de resíduos urbanos que não têm este serviço. ----------

Na Rua Santos Oliveira, vive uma pessoa amiga, que diz que não faz a separação de lixos, porque várias vezes solicitou à Camara para que fosse colocado os ecopontos na rua e o que lhe têm respondido é que os que estão perto da igreja são suficientes. Não creio que quem viva nesta rua, se desloque à igreja para fazer a separação. ----------

Queria saber qual o plano estratégico da Câmara Municipal relativamente a estes contentores, se planeia aumentar a sua distribuição, de uma forma equitativa e equidistante de modo a todas as pessoas possam depositar esses resíduos. ----------

Quero fazer um alerta e já o tinha feito ao senhor Vereador Nuno Canta, que é o tapume do hotel que estava em construção na Avenida Garcia Orta, em setembro já tinha feito este reparo e a Câmara tomou as devidas diligências, mas dado os ventos fortes, os tapumes e painéis publicitários voltaram a voar. Neste momento a situação que lá existe é preocupante. A Câmara Municipal deve promover novamente diligências junto do proprietário. ----------

Queria confirmar se aquando da construção da Ponte Vasco da Gama, foi deixado um negativo para a construção de um adutor da EPAL para fornecimento de água ao Montijo. A Câmara tem conhecimento desta situação?" ----------

A senhora **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, respondeu às questões do senhor Deputado Municipal – Carlos Guerreiro e disse: "A questão da manutenção das ruas, da toponímia, isso faz parte naturalmente daquilo que é o nosso objetivo de manter o espaço público e a seu tempo essas questões irão ser resolvidas. ----------

Mas há uma questão que gostava de perceber, quando o senhor Deputado Municipal disse que a Presidente da Câmara não assumiu a responsabilidade. Eu pergunto: Responsabilidade de quê? Gostava que o senhor Deputado Municipal

Carlos Guerreiro me explicasse, onde é que eu falhei e não assumi a minha responsabilidade. ----------

Colocou uma questão, sobre um plano de água nas Colinas do Oriente. Desconheço um plano de água naquela zona, acho estranho. Existe lá um lago, que tem peixes, que a comissão de moradores fez em tempos, mas isso é da responsabilidade da comissão de moradores, eles é que quiseram lá o lago e agora solicitaram à Câmara para o retirar, será isso o plano de água? ----------

Portanto, manutenção do espaço público, dos passeios, jardins, de recolha dos resíduos sólidos e de recolha seletiva. Senão sabe o senhor Deputado Municipal deveria saber, que a recolha seletiva é feita pela Amarsul. A Amarsul é uma empresa de capitais públicos do governo e dos municípios, onde os municípios são simultaneamente acionistas e utentes do sistema. ----------
É a Amarsul que faz a gestão e a colocação dos ecopontos, de acordo com os rácios populacionais e naturalmente a Câmara insiste muitas vezes que coloquem em alguns locais para além dos rácios, é essa a gestão que a Câmara faz em cooperação com a Amarsul, não é a Câmara Municipal que trata diretamente. ----------
Todos pagam taxas é verdade e a Câmara Municipal do Montijo entrega-as ao sistema. ----------
Mas naturalmente que todas as questões que colocou serão equacionadas, como é regra. ----------

O tapume do hotel é uma situação que é recorrente e temos sempre resolvido e

iremos tomar notar e tomar as devidas diligências. ----------

A questão da ligação da Avenida Antero Brotas, esta avenida vai ter naturalmente a sua conclusão, aquele terreno é um espaço privado, o proprietário pode vedar se assim o entender, os munícipes têm outras alternativas, mas vão pelo caminho mais curto. ----------
A Câmara Municipal não tem condições neste momento de expropriar, nem investir, bem gostaríamos de concluir aquela avenida e fazer a ligação à Jorge Peixinho e a Jorge Peixinho à Circular, mas neste momento não é uma prioridade. ----------

Relativamente ao adutor da EPAL, nunca ouvi falar desse assunto. Os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Montijo, são autossuficientes em abastecimento de água e têm um sistema sustentável. ----------

Relativamente à questão dos parques infantis, nós fomos obrigados a encerrar alguns parques por razões de segurança. Houve algumas denúncias, a ASAE compareceu e houve processos de contraordenação. ----------
A Câmara Municipal não podia estar sujeita a esse tipo de situação. Julgo que temos equipamentos infantis suficientes e a funcionar para as nossas crianças. –

Cooperativa de habitação e espaços verdes, a situação é complicada, porque eram 32 fogos e neste momento só estão vendidos três ou quatro, por isso a situação tem tendência a gravar-se mais. ----------
Eu gostava de chamar a atenção dos senhores Deputados Municipais para esta

situação, haverá situações onde as condições se poderão agravar, porque não vai haver recursos para recuperar e manter tudo. ----------

É bom que tenhamos esta consciência, porque é uma forma de credibilizar a política, se queremos manter as nossas escolas, dar apoio aos idosos, às famílias que estão a passar por sérias dificuldades, se nós queremos efetivamente aumentar a nossa capacidade da rede social, não podemos tratar de algumas coisas." ----------

O senhor **Deputado Municipal – Emanuel Costa** (PS), leu uma **Moção**, alusiva à, a qual abaixo se transcreve: ----------

MOÇÃO

ALUSIVA À SITUAÇÃO DE DÍVIDA REFERENTE AO NÃO PAGAMENTO DA ÁGUA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOCHETE AOS SMAS DO MONTIJO, RELATIVAMENTE AO FORNECIMENTO DE ÁGUA NA LOCALIDADE DO PASSIL

"A política para ser credibilizada e estar ao serviço dos cidadãos necessita de um conjunto de compromissos entre os eleitos e eleitores que não devem ser quebrados em prejuízo da perda de confiança. Os eleitos, que representam os eleitores, devem atuar com transparência na gestão pública, com responsabilidade, defendendo o interesse público e combatendo a corrupção, assumindo os compromissos para que existam instituições honradas e que estas, pela ação ou omissão dos eleitos, não deixem de ser pessoas de bem. -----

O Município do Montijo, através dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, tem fornecido o abastecimento de água à população na localidade do Passil, concelho de Alcochete, bem como, às atividades económicas instaladas na mesma localidade. ----------

A cooperação entre dois municípios é salutar. É possível corresponder às necessidades dos cidadãos e consequentemente maximizar os investimentos dos dinheiros públicos. ----------

A Câmara Municipal de Alcochete cobra e recebe dos cidadãos e das empresas do Passil o valor correspondente ao abastecimento de água efetuado pelos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Montijo e, consequentemente, paga aos SMAS do Montijo o serviço prestado. ----------

-Até Agosto do ano de 2010 o município de Alcochete cumpriu. Após Agosto de 2010, a Câmara Municipal de Alcochete deixou de honrar o seu compromisso. --

Os SMAS do Montijo, por várias vezes, notificaram o município de Alcochete para a regularização da divida sem obterem uma única resposta! ----------

Em Junho de 2012 os SMAS do Montijo apresentaram um procedimento de injunção, qualificando a dívida como comercial e pugnando pelo pagamento do valor total faturado e não pago à data, de 226.564,53€ (capital), acrescido dos respetivos juros de mora contabilizados em 17.334,99€. ----------

Entretanto, outras faturas se venceram, igualmente sem pagamento. ----------

Em Setembro de 2012 e perante processo judicial a Câmara Municipal de Alcochete solicitou uma reunião para propor um acordo de pagamento, suspendendo-se a injunção por 60 dias. Entretanto não foi obtido acordo, prosseguindo o processo. O presidente do Conselho de Administração dos SMAS do Montijo solicitou uma última reunião à qual o Município de Alcochete informou não ter interesse em realizar. ----------

A Assembleia Municipal do Montijo, reunida em 24 de Junho de 2013: ----------

-Repudia o comportamento dos autarcas da CDU que representam a Câmara Municipal de Alcochete que em nada dignificam o bom nome da instituição, não

honram os seus compromissos, prejudicando financeiramente o município do Montijo e demonstrando uma total falta de ética, falta de responsabilidade e de respeito pelos seus munícipes, famílias e empresas que pagam à Câmara de Alcochete o consumo de água, desviando o dinheiro para outros fins." ----------

O senhor **Deputado Municipal – Cipriano Pisco** (BE), no uso da palavra, colocou uma questão à senhora Presidente da Câmara Municipal, que passo a transcrever: "Hoje aqui nesta casa ouvi uma intervenção política sobre a educação. A minha pergunta à senhora Presidente da Câmara é porque é que não existe uma fotocopiadora na Biblioteca Municipal, não devia de haver mais proximidade com os alunos? Não à opções que a Câmara Municipal tem que tomar? Esta não deveria ser uma das opções?" ----------

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes** (CDU), no uso da palavra, colocou algumas questões à senhora Presidente da Câmara Municipal, que passo a transcrever: "Pretendia saber se a Câmara Municipal já tem alguma conclusão sobre o inquérito da EB1 da Atalaia, estamos quase no fim do mandato, foi aqui discutido nesta casa, nós propusemos que se constituísse aqui uma comissão hadoc, a Assembleia Municipal entendeu não aprovar e hoje continuamos à espera do resultado do inquérito. ----------
Queria saber o ponto de situação sobre o inquérito. ----------

A senhora **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, disse: "Em relação à fotocopiadora, devo dizer que não à nenhuma razão para não ter sido substituída, porque existem verbas para se proceder à sua substituição. ----------

Fica aqui a garantia que vai ser adquirida. ----------

Em relação à pergunta do senhor Deputado Municipal – Avelino Antunes, eu hoje tive o cuidado de perguntar à jurista que está a tratar do inquérito e neste momento falta fazer o relatório, as pessoas envolvidas já foram todas ouvidas."

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, informou que tinham para admitir e votar, 4 Moções (3 da CDU, 1 do PS), já distribuídas. ----------

Assim, procedeu-se à votação para **admissão das Moções**, tendo as mesmas sido admitidas por unanimidade. ----------

Seguidamente, procedeu-se à **votação das Moções**, tendo as mesmas obtido as seguintes deliberações: ----------

Moção apresentada pela **CDU – Avelino Antunes**, alusiva à **"Serviços de Gestão de Resíduos Urbanos"**

O senhor **Deputado Municipal – Emanuel Costa** (PS), no uso da palavra, disse: "O Grupo Municipal do Partido Socialista considera que para votarmos esta Moção, pedimos a inclusão de mais um ponto, que tem a ver com as dívidas que os municípios têm ao sistema. ----------
Nós consideramos que a dívida, que é elevada em alguns municípios, contribui e dá argumentos ao governo para pensar em privatizar o sistema. ----------
Sendo assim, solicitamos que seja incluído o seguinte ponto: ----------
Para não darem argumentos ao governo, os municípios devem pagar ao

sistema, o que devem, nos termos contratados. O Município do Montijo tem a sua situação regularizada." ----------

O senhor **Deputado Municipal – José Mata Justo** (PPD/PSD.CDS.PP), no uso da palavra, disse: "Nós achamos que falta na Moção da Amarsul e da Simarsul, objetividade concreta. ----------
O Município do Montijo tem as suas dívidas regularizadas quer numa instituição, quer na outra. Assim, a bancada acha que todos os municípios devem contribuir para a sustentabilidade económica da vida das empresas, o que não aconteceu porque há aqui concelhos que não estão a cumprir com aquilo que se comprometeram. Nisto somos contra, todos têm que cumprir rigorosamente. ----------
Subscrevemos o que o Deputado Emanuel Costa está a dizer. ----------
Considero que os objetivos da Moção são difusos e não percebemos o que quer dizer cada Moção, deviam ser mais concretos." ----------

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes** (CDU), no uso da palavra, disse: "Esta Moção foi subscrita pelo Partido Socialista na Assembleia Geral, no dia 18 de março. Limitei-me a por na integra, a tomada de posição unanime de todas as Câmaras Municipais. ----------
Hoje o Partido Socialista coloca uma alteração, nós não aceitamos, entendemos que há algumas câmaras que têm e que negociaram os seus pagamentos e isso não quer dizer que devam. ----------
Os objetivos desta Moção, visa defender o serviço público para melhor servir as populações." ----------

DELIBERAÇÃO: Reprovada por maioria, com 20 votos contra (16 do PS, 4 do PPD/PSD.CDS.PP), 4 votos a favor (3 da CDU e 1 do BE) e 0 abstenções. ----------

Moção apresentada pela **CDU – Avelino Antunes**, alusiva à **"Abastecimento Público de Água e de Saneamento"**

DELIBERAÇÃO: Aprovada por maioria, com 19 votos a favor (15 do PS, 3 da CDU e 1 do BE), 3 votos contra do PPD/PSD.CDS.PP e 2 abstenções (Carlos Guerreiro e Gonçalo Bastos). ----------

Moção apresentada pela **CDU – Avelino Antunes**, alusiva à **"Apoio à Greve"**

DELIBERAÇÃO: Aprovada por maioria, com 4 votos a favor (3 da CDU e 1 do BE), 17 abstenções (14 do PS e 3 do PPD/PSD.CDS.PP) e 1 voto contra do PPD/PSD.CDS.PP (Alfredo Rodrigues). ----------

O senhor **Deputado Municipal – Alfredo Rodrigues** (PPD/PSD.CDS.PP), no uso da palavra, fez uma Declaração de Voto, cujo teor a seguir se transcreve: "É com honra e dignidade que defendo nesta casa os partidos pelos quais concorri, por isso quero deixar bem claro que o meu sentido de voto não foi contra a greve em si, mas é contra uma série de considerandos que foram incluídos na referida Moção." ----------

Moção apresentada pelo **PS – Emanuel Costa**, alusiva à **"Situação de dívida**

referente ao não pagamento da água da Câmara Municipal de Alcochete aos SMAS do Montijo, relativamente ao fornecimento de água na localidade do Passil"

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes** (CDU), no uso da palavra, disse: "A bancada da CDU irá abster-se, porque entendemos e sabemos que esta matéria é do foro judicial." ----------

DELIBERAÇÃO: Aprovada por maioria, com 14 votos a favor do PS, 7 abstenções (3 do PPD/PSD.CDS.PP, 3 da CDU e 1 do BE) e 0 votos contra. ----------

O senhor **Deputado Municipal – Cipriano Pisco** (BE), no uso da palavra, fez uma Declaração de Voto, cujo teor a seguir se transcreve: "Abstive-me nesta Moção, porque considero que perante o quadro de campanha eleitoral e tendo em conta que a candidata do Partido Socialista à Câmara Municipal de Alcochete é a representante dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Montijo, não pactuo com campanhas eleitorais e com guerras que o Bloco de Esquerda não tem nada a ver." ----------

O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, deu conhecimento da **Ordem de Trabalhos**, que tinha para apreciação e deliberação dos pontos que abaixo se transcrevem e declarou aberto o período da

ORDEM DO DIA

PONTO UM – Discussão e votação da proposta do Executivo Camarário n.º 1038/13 – "**Abertura de Procedimento Concursal por Tempo Indeterminado para a carreira/categoria de Técnico Superior (DCRP)**". ----------

"Considerando que nos últimos dois anos, cessaram os contratos de trabalho por tempo determinado de três (3) técnicos superiores que asseguravam o serviço na Divisão de Comunicação e Relações Públicas, e que no presente ano, cessam o vínculo mais dois técnicos superiores; ----------

Considerando que as funções desempenhadas pelos referidos trabalhadores são essenciais ao regular funcionamento do serviço; ----------

Considerando que na reunião de Câmara do passado dia 2012/11/28 foi aprovada por maioria (cinco votos a favor e duas abstenções) a proposta n.º 883/12 referente à abertura de um procedimento concursal comum para 1 (um) posto de trabalho de Técnico Superior, destinado a candidatos com uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituída ou em situação de mobilidade especial; ----------

Considerando que o referido procedimento concursal ficou deserto, por falta de candidatos com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado à função pública ou em situação de mobilidade especial; ----------

Considerando que nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 66.º da Lei 66-B/2012 de 31/12, a autarquia nos últimos 3 anos, tem vindo a reduzir o seu número de trabalhadores. Segundo dados do Balanço Social encontravam-se ao serviço a 31 de dezembro do respetivo ano, o seguinte número de trabalhadores: ----------

Ano	N.º Trabalhadores ao serviço a 31 de dezembro

2010	878
2011	859
2012	815

Considerando o disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 66.º da Lei 66-B/2012 de 31/12, o anterior procedimento concursal comum ficou deserto por falta de candidatos com vínculo por tempo indeterminado com a função pública ou em situação de mobilidade especial; ----------

Considerando o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 66.º da Lei 66-B/2012 de 31/12, o encargo total para o corrente ano, é de € 5.147,52. A classificação orçamental da dotação por onde o mesmo será satisfeito na classificação orgânica 0202 e as classificações económicas 010104 com o cabimento n.º 775, de 2013/03/14. ----------

Considerando o disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 66.º da Lei 66-B/2012 de 31/12, a autarquia cumpre rigorosamente e de forma pontual e integral, os deveres de informação previstos no artigo 50.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.os 22-A/2007, de 29 de junho, 67-A/2007, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011 de 30 de dezembro, e 22/2012 de 30 de maio e na Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, através do preenchimento mensal, trimestral e semestral dos dados através do SIIAL e os demais dados exigidos pela DGAL através da referida aplicação; ----------

Considerando o disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 66.º da Lei 66-B/2012 de 31/12, em relação à demonstração do cumprimento da redução mínima de pessoal e não obstante o seu cumprimento por parte da autarquia – conforme dados dos balanços sociais enviados à DGAL, a autarquia reduziu até Fevereiro de 2013, cerca de 1,96% de trabalhadores, em relação aos existentes a

31/12/2012, sendo que, previsivelmente, dos 39 pedidos de aposentação que aguardam deliberação é expectável que pelo menos metade sejam deferidos no decurso do presente ano, o que, por si só, é suficiente para o cumprimento da percentagem de redução. ----------

PROPONHO: Que nos termos previstos no n.º 1 do art.º 4 do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, na redação atual, seja concedida autorização para abertura de procedimento concursal comum, para celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, cumprindo com o disposto no n.º 2 do art.º 66.º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro, para ocupação no máximo de **1 (um) posto de trabalho**, previsto no mapa de pessoal da Câmara Municipal de Montijo, para 2013, da carreira/categoria de **Técnico Superior** para a Divisão de Comunicação e Relações Públicas, cumprindo com o disposto no artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, na versão atual." ----------

Sobre a matéria, a câmara enviou informação escrita a que se refere a alínea r) do n.º 1 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, informação essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e que se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. ----------

O Presidente da Assembleia Municipal, de seguida submeteu à **votação a proposta**, tendo a Assembleia deliberado **aprova-la por unanimidade.** ----------

PONTO DOIS – Discussão e votação da proposta do Executivo Camarário n.º 1039/13 – "**2ª Revisão ao Orçamento da Despesa, 1ª Revisão ao Orçamento da Receita e ao Plano Plurianual de Investimentos**". ----------

"Considerando que: Nos termos do disposto no nº 8.3.1.2. do DL 54-A/99, de 22 de fevereiro, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 315/2000, de 2 de dezembro, "Sem prejuízo dos princípios orçamentais e das regras previsionais para acorrer a despesas não previstas ou insuficientemente dotadas, o orçamento pode ser objeto de revisões e de alterações", tantas quantas as que se reputem necessárias. ----------

Considerando a necessidade de efetuar a 2ª revisão ao Orçamento da Despesa, a 1ª revisão ao Orçamento da Receita e ao Plano Plurianual de Investimentos, constante do documento anexo, que aqui se dá por reproduzido. ----------

PROPONHO: Que este Executivo Municipal delibere favoravelmente a 2ª revisão ao Orçamento da Despesa, a 1ª revisão ao Orçamento da Receita e ao Plano Plurianual de Investimentos ao abrigo dos nºs 8.3.1.2., 8.3.1.4. e 8.3.2.2. do DL 54-A/99, de 22 de fevereiro, na redação dada pelo Decreto-Lei 315/2000, de 2 de dezembro". ----------

Sobre a matéria, a câmara enviou informação escrita a que se refere a alínea b) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, informação essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e que se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. ----------

O Presidente da Assembleia Municipal, de seguida submeteu à **votação a proposta**, tendo a Assembleia deliberado **aprova-la por maioria**, com 18 votos a favor (14 do PS e 4 do PPD/PSD.CDS.PP), 4 abstenções (3 da CDU e 1 do BE) e 0 votos contra. ----------

PONTO TRÊS – Informações da Exma. Senhora Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal, prestadas nos termos e para os efeitos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53º. da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. ----------

Seguidamente, não se registando mais intervenções, foi a presente ata aprovada em minuta nos termos e para os efeitos previstos no número 3 e 4, do artigo 27º do Código do Procedimento Administrativo. ----------

E não havendo mais nada a tratar foi pelo Senhor Presidente, encerrada a presente Sessão Ordinária, eram duas horas e vinte cinco minutos do dia vinte e cinco de junho de 2013. ----------

E eu, Joaquina Maria Azevedo Barbosa , Assistente Técnica, da Divisão Jurídica e de Administração Geral do Departamento da Presidência e de Administração Geral, fiz lavrar a presente ata que subscrevo, juntamente com a constituição da mesa.----------

---------- O Presidente ----------

---------- A 1ª Secretária ----------

Sandra Isabel Cavaleiros Lopes Alves

Pedro Rafael Pereira Reis Carvalho

---------- O 2º Secretário ----------